

| LEETRA • Indígena |

Material de Apoio do Laboratório de Linguagens LEETRA
Universidade Federal de São Carlos



LEETRA Indígena

Material de Apoio do Laboratório de Linguagens LEETRA

Universidade Federal de São Carlos - SP - Brasil

Volume 08 - Edição Especial

Editora

Maria Sílvia Cintra Martins

Design e Diagramação

Eld Johonny

Revisão

Eld Johonny

Larissa de Paula Ferreira

Maria Sílvia Cintra Martins

Capa

Eld Johonny

Desenho capa e ilustração

Luciano Ariabo Kezo

Endereço para correspondências

Universidade Federal de São Carlos | Laboratório de Linguagens LEETRA

Rod. Washington Luís, km. 235 - Departamento de Letras - Sala 07

CEP: 15.566-905 - São Carlos - SP | Telefone: (16) 3306-6510

Pedido de assinaturas em grupo.leetra@gmail.com

Material disponível em formato digital em: www.leetra.ufscar.br

LEETRA INDÍGENA. n.8, v. 1, 2014 - São Carlos: SP: Universidade

Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens LEETRA.

Periodicidade semestral - Edição Especial

ISSN: 2316-445X

1. Cultura indígena 2. Línguas indígenas brasileiras

3. Educação

Editorial

A revista LEETRA Indígena, publicação do Laboratório de Linguagens LEETRA sediado no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, comporta resultados de pesquisa em andamento no Grupo de Pesquisa LEETRA (CNPq), que abriga as linhas de pesquisa “Estudos em Literatura Ameríndia”, “Tradução e Transcrição”, “Línguas Indígenas” e “Letramento e Comunicação Intercultural”. A revista busca preencher o espaço hoje necessário do reconhecimento progressivo da importância e da validade das línguas, das culturas e das literaturas indígenas presentes milenarmente em território nacional, sem que ainda lhes tenha sido conferido o valor correspondente. Todas as publicações vêm obtendo uma tiragem limitada em papel e encontram-se disponíveis online (www.leetra.ufscar.br). As Revistas LEETRA Indígena 1, 2 e 4 focalizaram a Literatura de diferentes povos indígenas brasileiros; a Revista LEETRA 3, em número especial, envolveu a publicação do caderno de estudos bilíngue YASÚ YAPURUGITÀ YEGATÚ, com 23 lições e um glossário para o estudo da língua nhengatu. Já as edições especiais dos números 5 a 12 envolvem material de apoio voltado aos professores, particularmente do Ensino Fundamental, e também do Ensino Médio, para seu trabalho voltado à implementação da lei 11.645/08, que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino em território nacional.

Agradecemos a todos que vêm contribuindo com estas edições, seja pela submissão de trabalhos, na participação na Comissão Editorial, no Projeto Gráfico e Diagramação, seja, ainda, na concessão de fotos e grafismos.

Reverendo a historiografia do Brasil

Luciano Ariabo Kezo

Introdução

O presente material tem como foco trazer reflexões, questionamentos sobre a historiografia do nosso país e também no que tange, de maneira holística, as diversas nações indígenas que ainda residem no mesmo. O desdobramento disso parte de uma perspectiva diferente da que se costuma tratar o tema. Será a partir de uma das visões indígenas, fato incomum em meio a tantas versões trazidas por olhares externos. Provocaremos essa reflexão historiográfica ao longo do material, mas não com o objetivo de criar aversão aos diferentes pensamentos, mas sim apresentar situações, justamente para que entendamos juntos, nem que seja uma pequena parte da complexidade que o país brasileiro abarca. Desejo que todos que recepcionarem este conteúdo não se chateiem da forma que tratarei disso, mas, ao contrário, gostaria que se sentissem orgulhosos por viverem em um país multiétnico, rico em culturas, idiomas, muitas histórias e visões de mundo. É com a tentativa de abrir diálogo sobre a diversidade que este material foi produzido.

Sou Umutina-Balatiponé, sou Pareci-Haliti, sou Bororo-Boe, sou Xavante-A'Uwe Uptabi, sou Irantxe-Manoki, sou Kura-Bakairi, sou Kayapó- Mebêngôkre, sou Kayabi- Iputunuun, sou Canoeiro-Rikbaktsa, sou Arara, Munduruku, Nambikwara, Guarani, Kanela, Krenak, Chiquitano, Kuikuro, Kisêdjê, Terena, Xerente. Sou tantos outros também. Sou a cara deste chão, sou raiz, sou ancestralidade. Falaram que eu sou índio, mas não sou não, sou muito mais que isso, sou a própria história, e este solo que os nossos pés se apoiam é a testemunha disso, pois é ele que guarda a sabedoria dos nossos antepassados. É ele que recebeu em suas entranhas as nossas alegrias, todavia, as nossas dores também. É este solo a testemunha da história que ninguém contou. Eu sou os povos indígenas deste lugar que, há algum tempo, passou a se chamar Brasil, mas que poderia ser chamado *Moto imí*, *Í'nhipti'a*, *Vipuxovóku*, *Enudali*, *Wi'i*, *Se retama* e tantos mais. Você sabe por que é chamado de Brasil?

1. Descobrimento ou ocupação?

Qual é a forma mais adequada para se expressar com relação ao fato ocorrido no ano de 1.500 no Brasil? Descobrimento ou ocupação?

Você consegue imaginar outra versão da história do Brasil, sendo contada a partir do ponto vista indígena?

Passaram-se mais de cinco séculos, a sociedade brasileira de modo geral, principalmente as crianças, sempre ouviram ou ouvem que o Brasil foi “descoberto” por navegantes portugueses, tendo como capitão-mor o chamado Pedro Álvares Cabral.

O Brasil que se forma a partir de 1.500 foi constituído através de uma perspectiva europeia, o povo que dominou a população que já residia neste território. Este território antes dos europeus chegarem já tinha história. Na verdade, história no plural, porque dentro desta parcela da América, centenas de nações compartilhavam deste mesmo espaço e não se sabe até hoje a quanto tempo isso ocorre. Ou seja, a habitação deste lugar é em um tempo tão remoto a ponto de não conseguirmos mensurá-lo. Há também muitos povos indígenas que dizem se originarem deste chão e a partir daqui se dispersarem para outros lugares do mundo.

Alguém de fora chega nesta terra habitada e diz:

-Descobri este lugar, o nome vai ser Brasil!

Bem, segundo o que as pesquisas apontam, na ocasião da chegada dos navegantes europeus, somente no litoral, habitavam mais de cinco milhões de pessoas, com mais de 1.200 línguas sendo faladas. Amparando-se nisto, pode-se considerar uma diversidade gigantesca de nações autóctones fazendo parte deste lado da América, por isso dizer que este lugar foi descoberto em 1.500 não é tão simples assim. Ao pensarmos ou dizermos isso, estaremos desconsiderando as nações que aqui já estavam e que muitas delas ainda se mantêm em meio ao território brasileiro.

Isso tudo começa a tomar outro rumo com a chegada de outra civilização, pois essa mesma chegou ocupando espaço, não somente geográfico, como também político, religioso, educacional e além mais. Utilizou estratégias para que ficasse numa posição privilegiada em relação aos outros povos originários. A partir da junção e imposição da “nova” cultura, que negava a pluralidade que já existia aqui, formava-se um poder hegemônico, que impôs sobre as nações dominadas uma ideologia, uma única forma de pensar o mundo, desconsiderando totalmente outros pontos de vistas: etnocentrismo, eurocentrismo, teocentrismo são alguns dos termos que resumem bem todo este contexto.

Mas a coisa não é tão plena assim como se põe nos livros de história, que versam sobre essa visão do único que estamos tentando desconstruir. Ainda há no Brasil povos que se mantêm totalmente livres de qualquer influência europeia, ou até mesmo do que chamamos de cultura brasileira.

Já que a intenção era dominar em todos os aspectos, com um interesse comercial, uma vez que perceberam minérios aqui, o dominador nunca incluíra em sua história pontos de vistas do dominado, que não concilhassem ou não colaborassem com suas perspectivas.

Desta forma, o dominador irá construir sua história por via de um modelo de imagem caracterizadamente perfeita, registrará suas benfeitorias, deletará todas as

suas ações negativas, justamente para que a sua imagem seja apreciada pelo outro como heroica, que foi o caso da nossa história. O que é pensado hoje, principalmente pela sociedade em relação aos nativos, ou no que concerne o dominador, é efeito do que foi engendrado outrora, por exemplo, Pedro Álvares Cabral associado ao descobrimento do Brasil, Dom Pedro II à independência do Brasil, princesa Izabel à lei áurea. Estes feitos e outros mais constam até mesmo em nosso calendário e muitos deles são comemorados com muita honra pelo nosso país. E as nações originárias ou as que se instalaram aqui há milhares de anos, que espaço elas ocupam na historiografia do Brasil? Você conhece algum indígena protagonista inserido na nossa historiografia brasileira?

O “descobrimento” também está calcado na perspectiva de que este território estava habitado por “selvagens” (silvícolas), seres não evoluídos e tidos posteriormente como não evolutivos, simplesmente por alguns andarem despidos, e quando não, utilizarem vestimentas que não se assemelhavam com as dos portugueses. No final das contas, esta era uma das estratégias de dominação, no sentido de se colocarem numa posição superior em relação aos autóctones, partindo da premissa de que as suas práticas eram vulgares e sem nenhuma ordem. Para que essa ideia se mantivesse ao longo do tempo, foi então construída uma imagem de índio, inexistente no espaço real. Primeiramente foi construído o apelido índio, o conceito desse índio, sua forma de pensar, de agir, de ser no mundo e finalmente a sua caricatura. Alguém que foi posto no mundo imaginário, mas concebido por praticamente toda sociedade brasileira como realístico, este conceito de índio perdura até à contemporaneidade e impede que as pessoas percebam a diversidade cultural e linguística em meio às populações indígenas.

A historiografia em que se costuma tratar da memória do Brasil não traz essas informações ou outra forma de se observar o que ocorreu de fato há 500 anos e ao longo desse período. Se tínhamos mais de 1.200 línguas, mais de 5 milhões de habitantes somente na costa, para onde foi toda essa gente?

Com um tipo de grafia, construíram uma historiografia totalmente voltada aos seus interesses para a memória do Brasil. Na medida em que ia se escrevendo essa história, simultaneamente ia sendo difundida, por exemplo, a carta de Pero Vaz de Caminha para o rei, na qual foi descrita a chegada dos seus navegantes a esse território, o encontro e as características dos nativos.

Você consegue imaginar outro tipo de grafia por parte dos indígenas, que não seja esta que mantemos a comunicação? A garantia de que o mesmo episódio que ocorreu há mais de 500 anos foi difundido entre os indígenas é alta. E também perfurou o tempo, mas muito discretamente. Agora, por meio de quê isso foi possível? Pode ser via a história oral, via canções, porém como estamos

tratando de grafia, podemos inferir ou encontrar em meio aos povos indígenas brasileiros um mecanismo que transpõe e cristaliza algum acontecimento, por exemplo: grafismo corporal, grafismo em cestaria, em cerâmicas, em banco de madeira, desenhos em sobre-casca de árvores, pinturas rupestres e etc.

Como já explanado anteriormente, é possível encontrar em meio aos povos indígenas mecanismos que revelam um fato, história, ou algum detalhe que seja muito importante ao povo. Ou seja, também é uma forma de se registrar. Registro, meramente tratado como grafismo, a realidade é que esse sistema representa muito mais do que se costuma imaginar. Não querendo dizer nessa parte que todos os povos indígenas usam todos esses mecanismos, pode acontecer de um usar mais de uma forma, porém uma se destacará mais que a outra.

Atualmente quando se fala de indígenas no Brasil à sociedade envolvente, costumeiramente pensaram que todos os indígenas são oriundos do Tupi e que todos falam a língua Tupi. Dificilmente, pensaram em toda essa diversidade que foi apresentada. Isso é resultado de uma construção ideológica de outrora, com a tentativa de homogeneizar as diferentes sociedades nativas, já que manter várias sociedades sob o domínio de um só governo é impossível, por isso a ideia de fazer com que a maioria da sociedade sempre pense que existe somente uma nação indígena. Com relação a isso vamos tentar compreender juntos alguns aspectos?

Se olharmos para o que as estatísticas apresentam, perceberemos que o número das populações indígenas foi drasticamente reduzido ao longo de cinco séculos, mas atualmente temos a informação de que ainda existe uma complexidade de mais de 200 povos, com mais 180 línguas catalogadas. Com relação a isso, veja de forma ilustrativa clicando no link abaixo:

<http://www.indioeduca.org/?p=632>

Você sabia que existem quatro línguas indígenas co-oficiais no Brasil?

Três delas (Yegatú, Baniwa e Tukano) são do município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. A quarta é a Guarani, do município de Tacuru, Mato Grosso do Sul. Clicando no link abaixo você será direcionado a uma notícia que contém a lei municipal que garante a prática dos três idiomas em São Gabriel da Cachoeira.

<http://www.camarasgc.am.gov.br/historia>

Pense comigo: e se o Estado brasileiro reconhecesse todas as línguas indígenas que estão catalogadas, oficializando-as? Usufruir desse bem não seria nada mau. Na realidade, aí sim o Estado estaria valorizando a diversidade e as culturas que temos.

Agradecimento

Aos parentes indígenas, Graduandos da Universidade Federal de São Carlos:

Dayane T. Almeida- Povo indígena Tukano

Muniz Tsere rureme Tserebdza- Povo indígena Xavante

Jiene Terena – Povo indígena Terena

